

2. A QUESTÃO AGRÁRIA

29 de Junho de 2007

PRESIDENTE DA MESA:

Maria Conceição Tavares
Presidente acadêmica, Centro Celso Furtado

COORDENADOR:

Gerson Gomes
Assessor técnico do senador Aloizio Mercadante

EXPOSITORES:

Rolf Hackbart
Presidente do INCRA

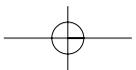
Leonilde Medeiros
Coordenadora do CPDA, UFRJ

Plínio de Arruda Sampaio
Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária

DEBATEDORES:

João Pedro Stedile
Direção nacional do Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra

Manoel dos Santos
Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura



MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Aqui todos somos amigos há muito tempo. Brigamos, mas não nos esfaqueamos. Como nenhum dos expositores é latifundista, não há problema. O meu antigo colega e amigo Gerson Gomes, ex-CEPAL e ex-FAO, atualmente no Senado, será o coordenador dos trabalhos. Como primeiro expositor, o dr. Rolf Hackbart, presidente do INCRA. Como debatedores estão João Pedro Stedile e Manoel dos Santos. Mas espera-se que vocês deixem a briga para depois da segunda intervenção. Depois entra a Leonilde Medeiros, da UFRJ e do CDPA [Curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade].

Devo dizer que sou deste ramo, o auge das greves foi quando iniciei a minha vida. Comecei no INIC [Instituto Nacional de Imigração e Colonização], que é o precursor do INCRA, só que sem Imigração e com Reforma Agrária. Naquela altura, o INIC era chamado de melancia: verde por fora e vermelho por dentro. Os dirigentes eram todos integralistas e os internos eram todos comunistas. Era muito divertido. Melancia, bons tempos.

Está faltando o Plínio de Arruda Sampaio, que quando chegar senta na ponta. Quando éramos jovens, ele era da Democracia Cristã do Chile. Ele era da direita e eu da esquerda, mas isso era naquela época. Eu fiquei onde estava, e o Plínio, não. O Stedile, conheço desde que ele está no movimento social, é meu companheiro de partido. O Manoel dos Santos surpreendeu porque eu sabia que ele já estava na CONTAG. Durante a ditadura, só havia greve operária, só havia o ABC. Houve uma reunião em Campinas e o chamado Movimento Camponês foi convidado. Para espanto meu, era do extremo sul ao extremo norte do país e tinha de tudo: sindicalistas, camponeses sem terra, camponeses com terra. Era uma organização fantástica, que tinha surgido debaixo da ditadura. É claro que nós, urbanos, não tínhamos a mais remota ideia do que se tratava. Nem eu, que em geral acompanhava. Mas é que não era possível acompanhar porque os jornais não noticiavam. Então, eu não sabia de nada e foi impressionante. Depois é que surgiu o MST, cuja organização o nosso mestre Celso Furtado – fundador deste Centro – comparava com a das ligas camponesas, que seria um movimento mais duro.

ROLF HACKBART. Neste debate, vou tentar focar no ponto de vista de quem que está no governo, está na presidência do INCRA, entende o que é a questão agrária hoje no Brasil. Tive acesso a um trabalho do professor Itamar, professor da UNICAMP. O texto é “A análise na estrutura agrária na teoria do desenvolvimento de Celso Furtado”. Muito interessante. Vou ler apenas o

primeiro parágrafo do texto, que é inédito, ainda está em revisão e deverá se transformar em livro, segundo o professor Itamar. Diz o seguinte:

Num dos seus últimos pronunciamentos, antes de falecer, Celso Furtado assinalou que: “No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extrema concentração da renda. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque, não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população tende a se deslocar para as zonas urbanas, aí congestionando a oferta de mão de obra não especializada.”

De Celso Furtado, em 2004. Diz ainda que a reforma agrária constitui um avanço no plano social, mas envolve um elevado custo econômico.

O primeiro ponto que eu gostaria de destacar – e agora assumindo como minha interpretação – é a grande questão colocada nesse texto; a pergunta correta não é quanto custa a reforma agrária, mas é quanto custa o desenvolvimento. E, dentro dele, a reforma agrária, como uma política estruturante. Levando em conta também os últimos debates, listei três blocos e vou tentar ser bastante didático. Sabe-se o que foi a questão agrária, a história da reforma agrária etc. Mais difícil é situar o que é a questão agrária hoje. Eu diria que, hoje, a questão agrária – e a reforma agrária, mais especificamente – está posta do ponto de vista econômico, social, ambiental e político. Nós, do governo, enfrentamos isso. Vou falar do governo, internamente, não da mídia, da academia, dos movimentos. Caricaturalmente, é um debate entre, de um lado, a visão de que a reforma agrária não é necessária, é cara, é violenta, é lenta e destrói o meio ambiente, e, de outro lado – de onde vem a minha afirmação –, a posição econômica. Em que sentido?

Na minha visão, o centro da questão agrária, e não é de hoje, é o modelo agrícola. É para onde está caminhando a economia rural, a agricultura brasileira. Hoje há uma disputa pelo território brasileiro. Temos vários exemplos, mas vou guardá-los para o final para não perder a sequência. A continuar este modelo agrícola, a questão agrária – que é a distribuição, o uso, a destinação das terras públicas, o desenvolvimento do meio rural – tende a se agravar. Em algumas regiões, o avanço de certas culturas e produções já tem um impacto violento. Nesse sentido, já se fala nos escravos

da cana modernos, na reconcentração da propriedade e do uso da terra em algumas regiões, na compra de muita terra no Brasil por grupos internacionais. Porque o mundo está discutindo a matriz energética. O mundo vê no Brasil um dos grandes potenciais em volume de terra e de água, em fotossíntese, uma biodiversidade fantástica. E para aqueles que dizem que a reforma agrária é cara, eu vou citar só um dado. O custo médio de assentamento de uma família hoje varia muito no Brasil, então é muito ruim falar em média. Mas, vamos lá, R\$ 70 mil é o dado, para assentar uma família e gerar três empregos diretos, mais um indireto. O orçamento do INCRA no ano passado foi de cerca de R\$ 3 bilhões. O ministro da Agricultura divulgou há dias que o estoque da dívida do setor patronal é de R\$ 131 bilhões. E o Tesouro gasta, anualmente, em torno de R\$ 4 bilhões para fazer a rolagem dessa dívida. Então, do ponto de vista econômico, a nossa estratégia – sabendo que o INCRA, neste caso, é um grãozinho de areia, e que não é o INCRA que faz isso sozinho – é contribuir para a construção de um novo modelo agrícola em que os agricultores familiares, os camponeses, os assentados, os povos ribeirinhos, se insiram na economia brasileira, tenham renda, cidadania e condições de viver bem.

Os movimentos sociais são o que existe de mais forte no Brasil. Não vou falar em nome deles. Eles estão aqui e vão falar de mobilização, de organização, de debate. Alguns estudiosos e políticos dizem que os movimentos sociais só querem resolver o problema das suas famílias acampadas e não têm propostas para o país – acho que o próprio presidente da CONTAG ficou irritado ontem. Mas basta ler os documentos dos congressos, das pautas, das marchas, das jornadas. Os movimentos sociais do campo no Brasil estão, sim, discutindo o modelo agrícola, o modelo econômico, terras de estrangeiros, limite de tamanho de propriedade, engenharia genética e vários outros assuntos. Do ponto de vista social, várias pessoas que escrevem e opinam nos jornais dizem que essa questão já não está em pauta. Está, sim! Basta olhar o movimento social. Ambientalmente também está posta. Por quê? Por várias razões. Para a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, a reforma agrária é uma das condições importantes. No uso do solo, para diminuir as grandes propriedades, desconcentrar, ajudar e contribuir para um novo modelo de agricultura e, se quiserem, até para o aquecimento global. Com uma portaria que fizemos no INCRA evitamos o desmatamento de 70 milhões de hectares na Amazônia, constatado pelo INPE. Hoje há uma disputa enorme pelo território na Amazônia legal. Sempre houve, vocês

vão dizer. E a pecuária está sendo empurrada para a Amazônia legal pela cana e por outras monoculturas. Agora, saiu uma tese de mestrado – eu não sei como foi aprovada – de uma servidora do INCRA. Ela pegou todos os dados do INCRA e montou a tese de que a reforma agrária destrói o meio ambiente. Mas na tese não há uma linha – eu tive o trabalho de ler – dizendo que 99,9% dos imóveis rurais que o INCRA obtém estão ambientalmente degradados. Quem mais preserva o meio ambiente são os ribeirinhos, a agricultura familiar, as populações tradicionais. Pegando só a Amazônia legal, cerca de 15% – segundo algumas estimativas do IMAZON [Instituto do homem e do meio ambiente da Amazônia] – do desflorestamento ocorrem em áreas de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária. E dos outros 85% não se fala? Então, também do ponto de vista ambiental a reforma agrária está colocada. E politicamente também. Só que politicamente eu diria de forma direta: a correlação de forças hoje, no governo Lula, com onze partidos na composição, impede o avanço de muitos pontos. E eu acho – peço – que a academia poderia nos ajudar a refletir, porque se diz que ninguém é contra a reforma agrária. Claro que é. Na prática de quem vive dentro do governo essa tese de que ela não é necessária, que é cara, lenta, violenta e destrói o meio ambiente é muito forte, influi no orçamento, no arcabouço legal normativo. Mas, graças à organização da sociedade, à mobilização de todos os movimentos sociais, mesmo politicamente a reforma agrária está posta. E não é à toa que essa questão está posta.

O segundo aspecto que eu gostaria de destacar é sobre o modelo de reforma agrária. Acho que a pergunta correta é: os instrumentos que existem hoje para fazer a reforma agrária dão conta dela? Não. Quais são os principais entraves? Com certeza a derrota da Constituinte de 1988 estabelecendo o preço justo é um desastre. E os juros compensatórios. Eu tenho os dados, e vou fornecer aqui para o Centro Celso Furtado, de preços pagos; não é amostra, são preços pagos pelo INCRA, na média. E é média mesmo. No Brasil, 2/3 do preço pago pelos imóveis rurais são juros compensatórios, que para alguns proprietários é um grande negócio. Lembrem que no governo Fernando Henrique Cardoso era TR mais 12%? Agora é TR mais seis. Mesmo assim, é muito dinheiro. Tanto é que em alguns casos é preferível fazer um acordo do que disputar no Judiciário. Às vezes, o proprietário não quer acordo. Ele disputa no Judiciário e vai fazendo uma poupança futura. Outro problema: a legislação. Temos muito o que melhorar na legislação, está tudo pronto desde o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – o professor Plínio, que o coordenou no início, sabe melhor do que eu. Há que

revogar algumas normas e publicar outras para melhorar a legislação em vários aspectos. Essa dos juros compensatórios é uma.

Terceiro problema, o poder judiciário. Nós temos, por baixo, mas de 10 mil famílias hoje no Brasil esperando a decisão de um juiz. O INCRA, então, nem se fala. Esperando o quê? O juiz vai dar ou não vai dar a imissão de posse? E, infelizmente, muitos juízes não estudaram direito agrário. Estou falando do pessoal do bem, deixando de lado aqueles juízes que ligam e dizem: Oh, Rolf, de jeito nenhum enquanto eu for juiz. Então, no poder judiciário é preciso acelerar muito. É o caso da Bordolândia, de 56 mil hectares. Obtivemos a imissão de posse na semana retrasada, dois dias depois perdemos em Brasília. Os advogados foram à minha sala e disseram: Essa vocês não vão ganhar nunca, sou amigo dos juízes. Eles falam assim. Outro entrave é a capacidade operacional do Estado de implementar essa política pública. E estou falando, especificamente, do INCRA. Muito foi feito, mas precisamos fazer muito mais. Melhorar as condições de trabalho dos servidores, os salários, o equipamento, criar nossas superintendências regionais. Há uma determinação do Ministério do Planejamento de acabar com unidades avançadas. Nossa política é o inverso, é preciso criar superintendências regionais com capacitação de servidores por meio de parcerias. Só para o tema da regularização fundiária nós precisamos de muito mais servidores. Então, é preciso haver presença do Estado, é preciso haver política pública. O governador de São Paulo falou que não é preciso mais política pública, que não é preciso mais se preocupar com os estrangeiros. É o inverso. Precisa-se de política pública, sim. A reforma agrária tampouco é cara. É a forma mais barata de geração de renda, de cidadania, de dar casa, comida e trabalho, se quiserem. Vocês todos aqui viajam, vivem, mas por onde eu ando – estou falando por mim, evidentemente –, mesmo nas condições em que o INCRA só obteve o imóvel, as famílias estão lá, às vezes tiraram o barraco da estrada e estão no barraco dentro da área e dizem: rapaz, eu não quero sair daqui não. Quando começa a chegar a estrada e a energia, então, falam: não quero sair de jeito nenhum. E hoje já existem várias pesquisas na academia mostrando que jovens da periferia dos grandes e médios centros urbanos querem voltar para o meio rural. A razão principal ainda é que os grandes centros urbanos não têm condições, dado o grau de avanço de tecnologia na economia, em todos os setores, de gerar emprego para todo mundo. Então, principalmente o jovem recém-casado, com o primeiro filho, acha que já aproveitou tudo o que tinha no meio urbano e quer é voltar. Um programa de reforma agrária tem de se inserir como um programa estratégico de desenvolvimento sustentável do País, em todas as regiões.

Listei alguns pontos que consideramos os mais importantes.

Primeiro: assentar as famílias. Vamos continuar assentando as famílias em todas as regiões onde obtivermos terra, de forma organizada, planejada o mais possível, criando territórios reformados. Acampamento não é comprar tantas toneladas de feijão, de milho etc., fechar o negócio no dia e pronto! Não, é processo. Acampamento é uma forma de luta. E à medida que cresce o acesso à terra em algumas regiões mais famílias vão querer.

Segundo: o ordenamento fundiário. Nós vamos investir muito nele. O que é isso? Grosso modo, é dizer o que é terra pública, o que é privada, dar destino à terra pública, regularizar os pequenos agricultores. Temos uma dívida grande com o país, com muitos pequenos e médios agricultores que não estão regularizados. É preciso titular os territórios quilombolas. São mais de seiscentos processos hoje no INCRA. É um direito, está na Constituição. Nesse sentido, o sarampo está brotando. Esses seiscentos processos estão mexendo com o Congresso Nacional, com governadores. Santa Catarina tem o quilombo Invernada dos Negros, se eu não me engano. Oito mil hectares em Santa Catarina é muita terra. Querem derrubar o INCRA, tem mensagem do presidente da Câmara para não titular o quilombo. A origem da questão agrária no Brasil é a questão indígena e dos negros. Infelizmente, só agora – com a luta dos quilombolas, a legislação e o trabalho – essa questão está sendo enfrentada. O quilombo dos Calungas, em Goiás, é o maior do país. São 253 mil hectares. A grande disputa desse quilombo não é nem o território, é o subsolo. Todo o subsolo já está concedido pelo DNPM [Departamento Nacional de Pesquisa Mineral] para exploração. E lá tem nióbio e urânio. Então, ordenamento fundiário é isso, é dizer de quem é a terra, o solo. Não estou nem falando de subsolo.

Faixa de fronteira é outro tema do ordenamento fundiário. Vou citar o exemplo mais crítico, o Paraná. Na faixa de fronteira no Paraná há 43 mil imóveis rurais. Destes, 34 mil são pequenas e médias propriedades, que o INCRA pode regularizar de ofício, desde que o proprietário não tenha outra. É preciso andar muito mais nisso. E retomar a terra de quem no passado ocupou de forma indevida. São mais de R\$ 40 bilhões só no estado do Paraná em ações de proprietários contra o INCRA para levantar recursos, e os escritórios fazem a festa. A comemoração de um deles foi com um jantar em Paris. Faixa de fronteira pega o país inteiro – ainda no conceito antigo, de 66 quilômetros a 150 quilômetros. A origem disso é o alcance de um tiro de canhão. Então, há toda

uma legislação sobre faixa de fronteira que não tem mais nada a ver com 2007. Hoje, a questão de segurança não é o tiro de um canhão. No Acre, 99% do território é faixa de fronteira. E o Estado precisa regularizar dentro do que existe hoje. Não adianta começar a pesquisar a cadeia dominial de um século atrás.

Outro ponto que enfocamos é a política de crédito e de geração de renda nos assentamentos. Se olharmos o que eram os créditos iniciais até 2002 e o que são hoje, houve um aumento fantástico, de 7 mil a 20 mil vezes. Mas essa não é a questão central. Isso não resolve. Qual é a nossa proposta? Que os assentados tenham um apoio inicial – e não um crédito –, o recurso inicial para resolver todos os seus problemas básicos, porque eles são excluídos.

Documentação – e aqui incluo tudo: o dentista, a farmácia, o médico, comprar um fogão, um armário, uma cama, um colchão, e convencer o Tesouro Nacional e os Ministérios do Planejamento e da Fazenda a colocar isso para essas famílias no orçamento. Aí o Tesouro cobra, dizendo que estão inadimplentes. Fui recentemente a um assentamento no Espírito Santo e todo o crédito inicial foi usado para construir uma barragem. Pela norma não havia como alocar mais recursos, mas a barragem era fundamental para viabilizar a produção agrícola e o acesso à água. Então, a proposta é um recurso inicial – ou o nome que se dê –, um auxílio ao qual cada família tenha direito, e não na forma de crédito. E num outro bloco tratar o crédito de investimento, aí, sim, muito mais importante do que o custeio. E a terceira ponta – felizmente parece que vamos ter sucesso nisso – é incrementar os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, via CONAB. E fazer a ponte, o cruzamento, entre esse programa e a merenda escolar. O que pode neste momento gerar renda nos assentamentos. E onde isso mal ou bem funciona, os assentados conseguem vender, há quem compre a um preço razoável e o assentamento tem renda mínima.

Quais são nossas maiores dificuldades? Uma é conseguir mais recursos. Este ano, podemos chegar a R\$ 1 bilhão se conseguirmos incluir na merenda escolar. E convencer os prefeitos a que comprem dos assentamentos. Goiás tem exemplos fantásticos em que as prefeituras colocam baru na merenda escolar. Baru é um produto altamente nutritivo do Cerrado. Nesses assentamentos, nas escolas, poucas crianças estão desnutridas por causa do baru. Outra dificuldade é a assistência técnica, e a proposta da direção do INCRA é criar uma empresa pública de assistência técnica para os camponeses. Por que não? Vai dar um debate

enorme: mais inchaço do Estado, mais uma empresa sendo criada. O Tribunal de Contas está acabando com os convênios que o INCRA faz com os movimentos sociais. Na lógica do técnico do Tribunal de Contas não cabem os convênios com sindicatos, movimentos, cooperativas e prefeituras para assistência técnica. O Tribunal de Contas cobra dos assentados as notas fiscais. Vá ao interior do Nordeste fazer um encontro com os assentados para discutir o plantio do feijão. Não há ônibus nem empresas para serem licitadas. Na hora de pagar o café na chegada da cidadezinha o boteco lá não tem nota fiscal. Mas o objeto foi feito, o recurso foi aplicado. Então, qual é a nossa proposta? Criar uma empresa pública. Resolve? Não. Mas ajuda do ponto de vista normativo. Passam-se recursos da União para essa empresa e essa empresa vai fazer a assistência técnica em parceria com os movimentos sociais, com os sindicatos, com os assentados etc. E o ponto central, além da escala, é discutir o modelo agrícola. Qual assistência técnica para qual produção, para qual produto, como vender.

Por fim, mais dois pontos. O primeiro é educação no campo. Estamos trabalhando com o ministro da Educação num vasto programa de educação no campo. Do ponto de vista da organização do Estado brasileiro, hoje o PRONERA trabalha desde a alfabetização até o curso superior. Há um curso de direito em Goiás para filhos de assentados. Acho que foi o debate mais lindo que fizemos no Ministério Público. O Ministério Público de Goiás entrou contra, nós articulamos em Brasília. Foi um debate num auditório grande. Na verdade, do que se tratava? Do acesso à educação para os excluídos. Mas isso é muito pouco. Qual é a vantagem se fizermos um bom desenho? É ter escala. É ter recursos, construir escolas, alfabetizar. Educação no campo de forma maciça. O outro ponto é o preço da terra. O que está acontecendo hoje? Dependendo da região, quando acabamos de fazer um trabalho o preço médio da terra volta a subir. A terra volta a ser um ativo importante inclusive como reserva de valor. Estes dias tive a oportunidade de conversar com economistas da FGV recém-formados em mercado financeiro. Não entendem nada da questão agrária e nem querem. Um deles: Rolf, estou orientando todo mundo a comprar terra. Eu: ah, é? Por quê? Porque no longo prazo vai dar muito dinheiro. Mas me dê uma razão, pedi. Assim que a Goldman Sachs der o investment grade para o Brasil os ativos rurais, os imóveis rurais, vão subir muito. Tentando traduzir o que eu entendi: com a elevação da classificação de risco do Brasil, que o Guido Mantega está buscando e o país pode ter, vão se valorizar os imóveis rurais, um dos ativos nos quais aplicam esses grandes fundos voláteis do mundo inteiro. Ontem, o

professor José Graziano disse que o grande problema da reforma agrária é o custo. O custo são os R\$ 131 bilhões de que falei no início. O custo é o menino no sinal. O custo é a favela. O custo é a violência. Esse é o custo. O outro é investimento. E basta colocar no orçamento que vamos investir tanto. Para quê? Para diminuir a violência, para mitigar a questão da demografia etc.

Acho que há dois pontos centrais na conjuntura, para os quais nós temos as propostas prontas. Precisamos ganhar força no governo e já propusemos isso ao ministro e ao Palácio. Um: limite de tamanho para a propriedade. É preciso haver limite de tamanho de propriedade no País. É inaceitável que alguém compre 500 mil hectares no sul do Pará, que outro compre 90 mil hectares no Mato Grosso do Sul, que o Fundo Soros esteja comprando 256 mil hectares no sul do Mato Grosso do Sul, onde a cana é muito boa. É preciso haver um limite. Para vocês terem uma ideia, na semana retrasada recebi um telefonema da China. Ligou o ministro da Agricultura chinês. Recebi três delegações da China. Presente para cá, presente para lá, a conversa não andava, e perguntei o que queriam. A resposta: Como se compra terra no Brasil?. De modo que o ativo imóvel rural no Brasil, do ponto de vista econômico, está de novo num momento de bolha. Por fim, um pouco de ironia. Muitos daqui da mesa me perguntam o que estou fazendo no governo. O que me deixa dormir tranquilo não é o salário, como os servidores aqui sabem. É operar dentro das contradições. Cada imóvel obtido, cada família assentada, cada crédito concedido, cada área que tiver menos violência, cada parceria, e a possibilidade de operar dentro das contradições para dar poder aos de baixo para que tenham acesso aos direitos mínimos que estão na nossa Constituição, isso é o que me anima no dia a dia.

MANOEL DOS SANTOS. Vou explicar um pouco o que é a CONTAG, que muitas pessoas não conhecem. É a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Coordenamos ou tentamos coordenar 27 federações de base estadual. Em cada estado existe uma federação de trabalhadores na agricultura. E cada município tem um sindicato. São 4.100 sindicatos de base municipal. Então, é uma confederação muito heterogênea, porque o sindicato é uma organização suprapartidária. Sindicato não deve ser só de um partido. Nós trabalhamos com grande diversidade de opiniões e de ações. A CONTAG luta pela reforma agrária. Também tentamos representar os agricultores familiares que já têm terras por outros meios – posse, compra, herança etc. Além disso, temos o papel, também, de lutar pelos assalariados, que estão no sindicato dos trabalhadores rurais. Aí estão incluídos os com-terra, os sem-terra e os

assalariados. E nas frentes de luta nós temos, além da luta pela terra, a luta pelos direitos previdenciários – mesmo quando os urbanos já tinham obrigação de carteira assinada, no campo não havia nenhuma regulamentação. Além disso, lutar pela educação é bom. Nós não temos sindicato ruim. No entanto, nem todos os dirigentes sindicais são bons. Nesses 4.100 sindicatos há dirigentes para quem a CONTAG aponta um rumo e ele caminha para outro. Mas isso é a vida, e temos de ir construindo gradativamente.

Entrando no foco da questão da luta pela terra, pela reforma agrária, essa foi, sem dúvida, uma das principais bandeiras da CONTAG desde o seu nascimento. A CONTAG foi fundada e reconhecida em novembro de 1963 e logo em 1964, com o golpe militar, veio todo o processo de retirada dos dirigentes dos sindicatos e federações livres e da CONTAG também. Foram substituídos por interventores colocados pelo Exército e pelo Ministério do Trabalho. E já a partir de 1965, 1966, nós começamos um processo de retomada. Fizemos a primeira eleição contra o interventor na CONTAG em 1968. Na época, o Ministério do Trabalho acompanhava tudo dos sindicatos, a prestação de contas, as eleições. Então, naquela época, na verdade, era a CONTAG a organização que podia falar, escrever alguma coisa e entrar nessas lutas. Não havia a conjuntura para se fazer os movimentos sociais de luta pela terra que fazemos hoje. A partir da abertura democrática, surgiram os companheiros do MST, que nos ajudaram muito nesse processo, e outros. Só em Pernambuco há catorze grupos que lutam pela terra. Temos mais grupos até do que necessitamos. Mas isso é a democracia.

Hoje, 60% dos assentados da reforma agrária são coordenados pelos sindicatos da CONTAG. E a nossa compreensão a respeito de qual o quadro da reforma agrária hoje é que ela continua tão necessária e tão no foco político e social quanto esteve nos anos 1950 e 1960. O que muda é que hoje temos mais liberdade para nos organizar, para lutar, para ocupar terra, para falar do governo, para falar de quem a gente acha que deve, cobrar o que achamos justo. Isso é um momento novo, diferente. O Rolf Hackbart coloca muito bem a pressão dos latifundiários e a ganância pela terra, neste momento em que se discute a globalização do processo das energias renováveis, o etanol, o biodiesel – e o Brasil é um dos países que têm maior possibilidade de avançar nessa área. Sem dúvida, essa é uma grande fonte de expectativa e de investimento para os latifundiários locais e, também, de atração dos outros que estão lá fora e querem vir fazer essa exploração aqui.

Sobre o processo da reforma agrária, ontem, estivemos no seminário lá em Brasília e o dr. José Graziano da Silva dizia que no Brasil já foi feita a reforma

agrária e que o momento é de discutir o processo de desenvolvimento dos assentamentos. Eu disse a ele que se o pai dele – o dr. José Gomes – estivesse presente, com certeza daria nele uma regulamentação, porque saberia que não era verdade o que ele estava falando. Por quê? Primeiro, porque a nossa compreensão é de que não podemos pensar nem defender a reforma agrária apenas do ponto de vista das propriedades desapropriadas e dos assentados. A reforma agrária terá de ser uma reforma das políticas públicas para fortalecer o modelo de desenvolvimento focado na agricultura familiar. E, portanto, tem de ser uma política que envolva os assentados e os agricultores que têm terras por outros meios, reconhecendo a posse, legalizando essas áreas que já estão nas mãos deles e fazendo um processo de planejamento que leve para essas famílias, sejam elas assentadas ou proprietárias por outros meios, a condição de viver com dignidade, a condição de o agricultor não se sentir como um ninguém, um Jeca Tatu, como sempre foi tratado o homem do campo brasileiro. Nós sempre fomos tratados – os que tinham oportunidade de trabalhar, seja com sua pequena propriedade ou como arrendatário – como produtores de subsistência, sem futuro, que apenas plantam uma batatinha, a mandioquinha para comer. Mas isso não é verdade. Desde o tempo em que começou o processo da colonização e da exploração da grande propriedade, com foco na exportação de cana de açúcar, sobretudo, quem produzia eram os agricultores que trabalhavam em volta, sempre fomos nós que produzimos para o consumo interno. E fomos sendo empurrados por esses grandes projetos. Por exemplo, na zona litorânea do Nordeste foi varrido tudo o que era agricultura familiar porque a cana entrou até a porta das pessoas e não era possível continuar ali, como agricultor com pequena propriedade no meio dos grandes canaviais.

Esse foco do latifúndio sempre teve o apoio de todos, desde a cessão das sesmarias por parte da coroa. Eles têm um meio de organização e apoio do Estado brasileiro que é secular. Hoje, quando se diz que o agronegócio é autossuficiente para a produção, para o consumo interno e exportação, é à custa de bilhões e bilhões de reais que são rolados de suas dívidas. Eles não têm medo de dever porque sabem que o Estado não cobra e eles vão sempre recebendo subsídios pesados através dessas rolagens de dívidas. Mesmo com o advento da abertura democrática e com os companheiros do MST, nós, da CONTAG, e gente de vários outros grupos ocupando terra e fazendo o Estado correr atrás dessas ações de desenvolvimento social, há hoje em torno de um milhão de famílias de assentados em diferentes condições. Primeiro: têm sido abandonadas as regras

institucionais de quanto deve ser o pedaço de terra mínimo para cada família. Nós estamos acompanhando, por exemplo, assentamentos no interior do Nordeste colocando famílias com 20, 25, 30 hectares. No Nordeste, na região do semi-árido, nem quem possui 100 hectares de terra consegue viver bem. Se ele é assentado em 30, já é certo que é um assentamento fracassado. E as pessoas – por que vivem ali, onde viveu o avô, o pai, naquela região que elas conhecem – brigam até morrer para aquela terra ser desapropriada. E muitas vezes é feito assentamento onde não existe viabilidade do ponto de vista de vida de pessoas, com loteamento de 20, 30 hectares.

O que tem de ser feito, por exemplo, na área do Nordeste? Uma reforma agrária de acordo com a realidade da região. Não se pode dar uma área de terra no semi-árido do tamanho que se dá, por exemplo, na região da Zona da Mata. São terras e condições climáticas e de produção inteiramente diferentes. Esse é um dos problemas que, por conta da grande pressão dos movimentos sociais, leva o governo a correr atrás, fazer assentamentos pontuais. Nós partimos de uma visão de que o assentado e o agricultor familiar precisam das condições para caminhar com seus pés. Não achamos que o governo deve sustentar o agricultor, pequeno ou grande, o tempo todo. Mas é necessário dar a eles as condições mínimas. É preciso, além da terra, que haja planejamento. Naquele assentamento, o que aquela terra é capaz de produzir? Como vai ser o processo de contribuição para o trabalho coletivo, uma vez que os trabalhadores da agricultura familiar não têm saída individualmente? Eu tenho 90 hectares de terra em Serra Talhada, no sertão de Pernambuco. Não tenho condição de viver dessa terra sozinho, se não for parte de um projeto de associativismo no qual a gente possa fazer um plano de manejo e convivência naquela região com um conjunto de pessoas que vivem nas minhas condições. Os sucessivos governos do Brasil nunca planejaram a reforma agrária para que desse certo. As ações do Estado para a reforma agrária foram feitas para não dar certo. Sobretudo depois do João Goulart, não temos nenhuma notícia de que o governo tenha se preparado para isso. Por exemplo, o governo colocar o INCRA com a responsabilidade de fazer tudo: identificar a terra, desapropriar, lotear, fazer os assentamentos, repassar os recursos, acompanhar tecnicamente. É impossível tudo isso ser feito pelo INCRA. O governo precisa ter uma estrutura. Por exemplo, a proposta que havia anteriormente, do IBRA [Instituto Brasileiro de Reforma Agrária] e do INDA [Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário], que partia do princípio de um instituto fazer o processo da desapropriação e outro

fazer o processo de desenvolvimento: se tivesse sido uma coisa séria, para valer, teria sido o caminho.

Nossa grande esperança era avançar na reforma agrária com o presidente Lula. Porque é um homem do nosso meio, nordestino, que fundou o PT, a CUT e foi um dos defensores da reforma agrária, como qualquer um de nós. O povo tinha essa esperança. Eu acredito que ele também queria fazer. Mas, na minha avaliação, houve duas questões que não começaram bem com a chegada do presidente Lula. A primeira: ele começou dizendo que ia assentar todos os acampados. Ao dizer isso, houve um aumento muito grande no número de acampamentos porque a hora de ser assentado era essa, havia um compromisso do presidente de assentar os acampados. Segundo: ele não conseguiu fazer uma política de planejamento estratégico para a reforma agrária e a agricultura familiar, assim como os outros governos não fizeram. Hoje, criados no governo passado e mantidos pelo presidente Lula, há dois ministérios. Considero o MDA uma das coisas importantes criadas no governo Fernando Henrique. Mas o governo mantém o MDA como um ministério fraco, sem recursos suficientes, sem um corpo técnico adequado. Já o INCRA, que é o braço operador do governo para a reforma agrária, vem ao longo do tempo sendo tratado de forma diferenciada do ponto de vista do piso salarial dos seus funcionários em relação a outras autarquias semelhantes. Exatamente porque o INCRA é coisa da reforma agrária, que é coisa de pobre, e, portanto, não é prioridade para avançar nas políticas de governo. Eu acredito que o MDA hoje precisaria ter um plano estratégico para a agricultura familiar e para a reforma agrária, um corpo técnico capaz de fazer a implementação dessas políticas. Então o presidente Lula deveria ter feito o planejamento estratégico e o fortalecimento do MDA, e dentro disso está o INCRA. O INCRA é um braço do MDA que deve ter responsabilidade e capacidade de identificar, vistoriar e desapropriar terras, fazer o assentamento, e passar a parte de desenvolvimento para as secretarias do MDA. Existe uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que tem o nome mas não tem estrutura. Há outra, a SAFE [Secretaria de Agricultura Familiar], responsável pelo crédito, pelo PRONAF, que é a que melhor funciona porque a política de crédito para a agricultura familiar avançou no governo Lula. Com o presidente Fernando Henrique, em 2002, nós negociamos R\$ 4 bilhões para a agricultura familiar e ele aplicou R\$ 2,2 bilhões. Em 2003, com o presidente Lula, negociamos R\$ 5,4 bilhões, ele aplicou R\$ 5 bilhões e fomos avançando. Para o Plano Safra 2007/2008, o compromisso do governo já é R\$ 12 bilhões. Acontece que o

crédito é uma parte importante para qualquer investimento, mas não é tudo. Se não existe um incentivo, se não há, por exemplo, assistência técnica para ajudar esses trabalhadores a construir projetos que tenham viabilidade do ponto de vista ambiental, do ponto de vista econômico, eles vão pegar esse dinheiro, aplicar da forma que aprenderam com o avô, com o pai, e não vão conseguir pagar.

Quem não se organizou para lutar pela terra está na miséria da periferia. Hoje quem passa pela BR-101 de Recife para Maceió vê muitos assentamentos, as casinhas prontas e tudo o mais. Mas não estão produzindo. E nós não podemos dizer que é responsabilidade dos trabalhadores. É falta de infraestrutura, de planejamento que ajudem esses trabalhadores a implantar projetos produtivos. Acho que este é um momento de reflexão. Precisamos cada vez mais ser firmes, mostrar ao governo que se ele não mudar o rumo da política para fortalecer os instrumentos para a reforma agrária e a agricultura familiar vai deixar passar oito anos e perder a oportunidade de construir uma história diferente. A parte de crédito melhorou. Mas não é tudo. Do ponto de vista de modelo de desenvolvimento no campo, o agronegócio continua ganhando o jogo e se afirmando com esses mitos de que, por exemplo, reforma agrária é cara, não tem futuro, não funciona.

E por que o presidente Lula é necessário para colocar esses assentamentos para funcionar? Porque, se nós não mudarmos o rumo, o Xico Graziano, que foi presidente do INCRA e é um economista que quer provar que a reforma agrária não tem futuro porque não é produtiva, vai fazer a cabeça de muita gente. Por outro lado, acho que nós, dos movimentos, temos também de fazer nossa autoavaliação. De quê? É que devemos investir no processo de organização desses trabalhadores com a finalidade produtiva para o seu consumo, para o seu bem-estar, mas é preciso também que haja excedente. Eu não vejo nenhum crime em agricultor produzir para vender porque não se produz tudo o que se precisa. Então, temos de produzir para nos alimentar, para alimentar a população do entorno e para entrar nos espaços de mercado. Nesse processo há uma parte que é do governo, que não podemos deixar de cobrar. Nosso apoio ao presidente foi dado em cima de propostas e programas que precisam ser trabalhados para o nosso povo: os assalariados, os agricultores familiares. A pressão do capital em cima deste governo é muito grande. Não podemos deixar de reconhecer que, do ponto de vista do crédito para a agricultura familiar, o PAA, com o programa de aquisição de alimentos para a agricultura familiar, é importante. Assim como o investimento do presidente Lula na área de educação, de levar as universidades

para o interior. Há uma série de ações do governo que são importantes. Mas se essas ações são boas para nós, o presidente Lula tem sido muito melhor para os grandes produtores na área rural. Porque ele é, na verdade, o homem que abriu a relação comercial para fora, vende os produtos do Brasil, leva grupos de empresários, o que Fernando Henrique nunca fez. O presidente Lula tem feito uma articulação muito maior. Mas é claro que quem está levando mais vantagem nesse processo é o grande capitalista, tanto da área empresarial urbana como da rural. Por isso nós precisamos ter muita clareza nesse processo. Muito obrigado.

JOÃO PEDRO STEDILE. Boa tarde, companheiros e companheiras. Todos nós, dos movimentos sociais, da esquerda brasileira, temos uma dívida com o nosso querido Celso Furtado. Pessoalmente, acho que a esquerda nunca compreendeu a amplitude do pensamento desse que foi, certamente, o economista mais importante para o povo brasileiro, tal a abrangência da sua obra. O fato de estarmos aqui reflete um pouco este sentido maior do espírito do Celso, que sempre buscava aglutinar mentes e corações para resolver os problemas do povo, independentemente das correntes ideológicas legítimas de que cada um se abastece para poder buscar as soluções. Mas o sentido maior de todo pensamento do Celso era nós construirmos um projeto neste país que pudesse resolver os problemas do povo. É com esse intuito que queria falar das reflexões que temos feito no MST. Na prática estamos fazendo uma reflexão com a nossa militância, de dois anos para cá. Justamente tentando compreender as mudanças que estão acontecendo na agricultura, na propriedade da terra e na sociedade brasileira.

A sociedade brasileira sofre um grave problema de origem agrária. Como bem disse a professora Maria da Conceição sobre o pensamento do Celso, ninguém de sã consciência pode esconder que a sociedade brasileira padece de concentração de riqueza, de concentração de patrimônio, de concentração da terra. E que, por outro lado, isso gera um enorme contingente de pobres, transformando o Brasil na sociedade mais desigual do planeta. Isso é incontestável até nas reflexões do Delfim Netto. Segundo ponto: a tradição da reforma agrária. A reforma agrária foi desenvolvida nas sociedades modernas no final do século XIX, como uma medida de governos da burguesia industrial, que utilizaram essa ferramenta de democratização da propriedade da terra; era uma medida republicana para garantir a todos os cidadãos o mesmo direito de acesso à terra. Mas todas as reformas agrárias clássicas foram desenvolvidas no bojo de um projeto de desenvolvimento nacional industrial. Ou seja, combinava-se a distribuição da propriedade da terra com o desenvolvimento do mercado interno

da indústria. O Estado agia para distribuir renda como uma forma de tirar os camponeses da pobreza. Em alguns países, inclusive, essas políticas da reforma agrária clássica geraram interessantes alianças de classes, em que a burguesia industrial se aliou ao campesinato, que, ao se realizar a reforma agrária, saiu da pobreza e passou a viver na burguesia industrial. É essa interpretação que fazemos do fato de que até hoje 75% dos agricultores franceses, camponeses e pequenos proprietários, votem na direita. O movimento camponês filiado à Via Campesina na França só controla 25% da base. Foi isso que fez com que a ampla maioria do campesinato polonês, agradecido à burguesia industrial, que fez uma reforma agrária em 1919, se mantivesse sempre anticomunista e ajudasse a derrotar o regime comunista daquele país.

Essa reforma agrária clássica, que a rigor não é socialista, poderia ter sido aplicada no Brasil. Mas não foi. Perdemos mais ou menos cinco oportunidades de fazê-la, se compararmos com outros momentos históricos de outras sociedades. A primeira foi na escravidão. Quando saímos da escravidão, era o momento de garantir aos ex-escravos o direito à terra. Do contrário não era República. Os Estados Unidos fizeram a reforma agrária justamente na saída da escravidão. O Haiti fez a primeira reforma agrária na América Latina em 1806, casada com a República. Perdemos a segunda oportunidade em 1930. Quando a burguesia industrial brasileira se associou ao capital estrangeiro e ao Estado e começou a implementar um projeto de desenvolvimento nacional industrial, era o momento da reforma agrária para desenvolver o mercado interno. Não foi feita porque a burguesia industrial preferiu manter a aliança com a oligarquia rural. É a tese de mestrado do Delfim Netto na USP. Perdemos a terceira oportunidade em 1964, quando aquele modelo nacional-desenvolvimentista entrou em crise. Então, o nosso grande mestre Celso Furtado disse: *Vamos fazer uma reforma agrária, desenvolver o mercado interno, distribuir renda e tiramos a nossa economia do brejo*. Reuni num volume todos os programas de reforma agrária que existiram no Brasil. Desde o primeiro, de Joaquim Nabuco, até o último, do Plínio de Arruda Sampaio, que está aqui. De todos eles, se o senhor me permitir, professor Plínio, ainda me parece que o mais radical – não falo revolucionário, falo o mais radical, porque vai à raiz – foi o de Celso Furtado. João Goulart o apresentou no comício de 13 de março e depois o transformou em projeto de lei. E de novo – olhem a História – o professor Plínio, que na época era deputado, relator do projeto que o Celso tinha teorizado e o João Goulart tinha bancado. O projeto de lei do Goulart foi apresentado publicamente no dia 13 de março

e no dia 1º de abril caiu. Durou 18 dias. Perdemos a terceira oportunidade. Quarta oportunidade: 1985. A redemocratização reacende os movimentos de massa, um clima para fazer reforma agrária. Acho que o Tancredo Neves, naquela raposice dele, imaginou que havia espaço e chamou o velho José Gomes para fazer o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária. Ou seja, colocar o Estatuto da Terra em prática. Fez o 1º Plano, entregou no dia 4 de outubro para o Sarney e caiu no dia 13. Durou nove dias. E a quinta oportunidade que perdemos de fazer a reforma agrária clássica foi em 2003, quando professor Plínio apresentou o 2º Plano da Reforma Agrária, podendo assentar um milhão de famílias em quatro anos. Não sei quantos dias durou, mas, pelo que me lembro, foi entregue em agosto e sepultado pelo Palácio em novembro. Durou um pouquinho mais.

No entanto, com uma sociedade tão contraditória e com tanta desigualdade, os movimentos sociais seguiram lutando. Até porque muitas vezes nós não temos a elaboração teórica para entender o momento que estamos vivendo. A pressão social obrigava as elites e o Estado a dar respostas. É evidente que, na cabeça do camponês, podia não haver uma elaboração teórica de qual era o tipo de reforma agrária. No fundo, camponês, ao lutar por terra, luta pela sobrevivência. Luta para sair da pobreza. Luta para dar um futuro mais digno para os filhos. Mas os movimentos – que são, digamos, o intelectual orgânico da massa, na expressão de Gramsci – sabiam que se tratava, ainda, de uma reforma agrária clássica. Portanto, não houve neste país nenhum movimento camponês que lutasse pelo socialismo, para nós entendermos de qual tipo de conceito estamos falando.

Bem, diante da pressão social havida ao longo do século XX, evidentemente o Estado e as elites tinham de dar respostas. Na nossa interpretação, a resposta que deram foram políticas de compensação social, para desanuviar as panelas de pressão. Que depois, agora na década de 1990, chegaram ao Banco Mundial, que deu uma visão mais administrativa do que seriam essas políticas públicas de compensação social. Portanto, para nós nos entendermos no bom e velho português, no Brasil nunca houve reforma agrária. Nem a clássica. O que existiu no Brasil foram políticas de assentamento no bojo da compensação social. Como se o Estado e a burguesia, quando se sentem pressionados por algum setor, dissessem: *vou dar os anéis para não perder os dedos*, mas sempre protegendo os dedos, que é a terra. É por isso, que ao longo do século XX, na essência, a concentração de propriedade da terra continuou. Nunca houve um processo de distribuição, ou, se quiserem, de democratização da propriedade da terra. Nem

no período mais recente do governo Lula. Nós não temos números oficiais mas todos os dados empíricos indicam que no governo Lula aumentou a concentração da propriedade da terra. Portanto, houve uma contra-reforma agrária até no sentido clássico. Qual é o agravante do que mudou agora, ou, digamos, na última década? É que as forças do capital construíram uma nova aliança para controlar a agricultura. Antes, no outro modelo de industrialização dependente, quem controlava a agricultura era a burguesia industrial. Agora não. Agora está em curso um processo em que se gerou uma nova aliança entre o capital financeiro e internacional e os fazendeiros capitalistas. Qual é o papel de cada um deles? As grandes empresas transnacionais têm por trás o capital financeiro. Há dez anos ninguém sabia o que era a Monsanto. E em dez anos temos a Monsanto controlando o mercado da soja, do milho, do algodão, do óleo. Porque por trás da Monsanto está a concentração de 56 empresas que atuavam no comércio agrícola, na fabricação de venenos, na agroindústria, na farmácia, na pesquisa de sementes transgênicas. E de uma hora para outra, 56 empresas viraram uma só. O que produziu esse movimento? O capital financeiro que sobrava nos bancos injetou dinheiro de fora da agricultura, concentrou e centralizou. Então, nos últimos dez anos houve um movimento violentíssimo de concentração e centralização das empresas que atuam na agricultura. Hoje temos essas grandes empresas transnacionais, que por trás têm o capital financeiro, controlando o comércio agrícola internacional, o preço, a matriz tecnológica, porque eles determinam o tipo de adubo, de veneno, de máquina e oferecem parceria aos fazendeiros capitalistas. Os fazendeiros capitalistas brasileiros entram com quê? Com a terra, com a superexploração dos trabalhadores e com a degradação do meio ambiente. E o Estado? O Estado é o casamenteiro. É o protetor dessa santa aliança da qual nós vemos o filhote, que se chama agronegócio. O Estado brasileiro viabilizou essa aliança, legalmente. Viabilizou do ponto de vista de garantir uma taxa de acumulação. A Lei Kandir isenta totalmente as empresas transnacionais que exportam matérias primas agrícolas de qualquer imposto. Vocês já pensaram no que isso significa? A Monsanto exporta 12 milhões de toneladas de soja e não paga um centavo de imposto no Brasil. Está isenta. Ora, isso é transferência de renda, é garantir uma taxa de lucro. Voltamos a ser exportadores de matéria prima, e sem que o Estado cobre um centavo.

É uma pena, mas acho que o nosso presidente – digo não como crítica – não tem consciência do que está acontecendo na agricultura brasileira. Então, o que

nós dissemos no Congresso e na imprensa foi: a reforma agrária clássica pela qual o Movimento dos Sem-Terra sempre lutou inspirado por Celso Furtado, por João Goulart e por todas as ligas camponesas não funciona mais. Temos de ser honestos. E aí, manchete da Globo: *MST renuncia à luta pela reforma agrária*. Então, nesse novo contexto, nós, do MST, trabalhamos por construir uma nova proposta de reforma agrária, que chamamos de reforma agrária popular. Não é impossível haver ainda uma reforma agrária clássica no Brasil, mas na correlação de forças deste país quem manda não tem interesse nisso. Se, no futuro, for gerada uma outra correlação de forças e outras forças sociais nacionalistas – não socialistas, nacionalistas – optarem por um outro projeto de desenvolvimento nacional, é possível. Ninguém tem bola de cristal para saber. Agora, nós, dos movimentos sociais, achamos que não adianta esperar por eles. E, portanto, temos de construir uma outra proposta de reforma agrária, que estamos chamando empiricamente, ou tentativamente, de reforma agrária popular. Mas muito mais no sentido de que agora a reforma agrária que defendemos não pode ser apenas distributivista. Na reforma agrária clássica era possível sair da pobreza apenas distribuindo terra porque também a distribuição das forças produtivas era melhor. Agora, não. Agora, temos de distribuir terra, mas também reorganizar a produção agrícola para o mercado interno, para a produção de alimentos.

Então, no nosso modelo a agroindústria tem de ser uma pequena cooperativa lá no assentamento, porque é isso que agrega valor, dá emprego aos jovens e mulheres e é isso que tira o camponês da pobreza. Se o pequeno agricultor só produzir matéria prima para copiar o agronegócio está ferrado. Não vai sair da pobreza. Como é que se sai da pobreza com dez vacas e vendendo leite a R\$ 0,30? Aí a Nestlé pega a R\$ 0,30 e revende a R\$ 1,80, como faz agora. Porque toda a margem de valor agregado vai ficar para a multinacional e não para ele. Na nossa reforma agrária a matriz tecnológica tem de mudar. Essa dos agrotóxicos não serve. Aliás, é uma de nossas esperanças: que no futuro a classe média urbana se dê conta de que os cânceres que está enfrentando e os problemas de saúde todos têm origem nos venenos acumulados nos alimentos de má qualidade produzidos por essas transnacionais, que transformaram o mundo num grande supermercado e nos vendem ração padronizada como se fôssemos cachorrinhos. Temos de desenvolver outra matriz tecnológica, com técnicas agroecológicas que respeitem o meio ambiente e produzam alimentos com qualidade e sem veneno. Todas essas técnicas, felizmente, são muito absorvedoras

de mão de obra. Nós teríamos até uma vantagem a mais: é uma das formas de reter a mão de obra no campo. E, por último, a nossa reforma agrária tem de estar combinada com a educação. Os camponeses mexicanos fizeram uma revolução, e seus dois dirigentes eram analfabetos. Tanto Emiliano Zapata como Pancho Villa. Uma semana depois de estarem no Palácio, enjoaram. Os assessores iam lá com os decretos e eles não sabiam o que estava escrito. Esse é o folclore de uma revolução camponesa analfabeta. Foi derrotada depois pela burguesia mexicana, que está lá mandando até hoje. Então, reverenciando o nosso querido José Martí, pai da pátria latino-americana, podemos dizer: “Só o conhecimento liberta, verdadeiramente, as pessoas. Não é a terra, não é o trator, é o conhecimento”.

Estamos no seguinte quadro: a burguesia não quer fazer a reforma agrária clássica, o governo – não só o Lula, mas também o Lula – só está na compensação social e nós queremos uma reforma agrária popular. Esse é o cenário. O debate que nós temos de fazer agora com a sociedade é: qual tipo de reforma agrária queremos? Para nós não cairmos no reducionismo de só analisar se as medidas de compensação social são eficientes ou não. Segundo ponto que eu queria refletir com vocês: é evidente que não depende do governo sairmos da compensação social e irmos para uma reforma agrária popular. Talvez essa seja uma das discrepâncias que o MST tem com outros agrupamentos mais de esquerda, tipo PSOL, PSTU, porque eles responsabilizam o governo e têm legitimidade para dizer isso porque são partidos. Nós somos mais parcimoniosos. Talvez pela nossa herança idealista, igrejeira, camponesa. Achamos que não adianta colocar toda a culpa no governo Lula. Na verdade, as mudanças no país, em primeiro lugar, vão depender de mudanças do modelo econômico. Essa é a encruzilhada em que estamos. Eu e o Manoel corremos o risco de virar papagaios de “n” discursos. Mas a nossa forcinha para de fato mudar esse modelo é deste tamanho. Porque a força real do povo brasileiro hoje está na cidade. Então, o nosso esforço maior de proselitismo ideológico agora é na cidade. Esse é o dilema do movimento camponês: nós podemos ter clareza, podemos saber o que queremos, mas não temos força suficiente para mudar. O que todos os nossos especialistas dizem ou nos apontam é que a voracidade do capital internacional e financeiro nesse novo modo do agronegócio é tão violenta que vai trazer contradições muito rápidas e provocar mudanças. O desenvolvimento dessas transnacionais na agricultura está expulsando a mão de obra em grande quantidade. Esse pessoal vai para onde? No modelo do agronegócio, só existe

uma saída para camponês pobre: favela e cadeia. Isso não é solução! O modelo do agronegócio depreda o meio ambiente e é isso que está provocando, rapidamente, o aquecimento global, as alterações do clima. E nós esperamos que a classe média e os formadores de opinião se dêem conta disso. Então, vamos torcer para que a dialética e Deus nos ajudem. E que, se não for pela nossa força, que ao menos as contradições do capital nos ajudem a derrotá-lo. Muito obrigado.

LEONILDE MEDEIROS. Pela ausência nos jornais na última semana, parece que o tema da reforma agrária está fora de discussão ou não é passível de discussão, quando muito seria uma política de alívio à pobreza. Mas, na verdade, é o tema – que principalmente aqui no Rio de Janeiro vivemos com extrema dramaticidade – da precariedade da vida e da reprodução social nas periferias urbanas das metrópoles, das pequenas e das médias cidades. E, finalmente, um outro aspecto que eu gostaria de destacar são os debates internacionais sobre sustentabilidade, mudanças climáticas e o futuro das cidades no ritmo de crescimento em que vai a humanidade. Por que estou chamando a atenção para isso? Porque acho que, nos termos em que a questão está colocada hoje, não podemos separar a questão agrária da questão urbana. Na verdade são duas faces da mesma moeda. Pensar uma é pensar a outra. O drama da cidade hoje é, em grande medida, um pouco o reflexo das transformações que o campo vem sofrendo. Tanto no debate político como acadêmico, os que dizem que a reforma agrária não faz mais sentido pelo menos têm dito que ela pode ser feita em áreas delimitadas, como no Nordeste.

O tema da reforma agrária ressurgiu nos últimos anos. Quero destacar que por mais que tenha sido precária a política de assentamentos que vem sendo realizada desde 1985, o balanço do que foi feito pode dar algumas indicações de potencialidades e, também, do quadro em que esses assentamentos se encontram. Observando os resultados de pesquisas que cobriram assentamentos de quase todo o país, é possível dizer que, apesar da precariedade, eles vêm possibilitando o acesso à propriedade para uma população historicamente excluída que já vivia na zona rural da própria região ou de regiões próximas. E que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia de maneira bastante instável e precária. Em alguns municípios que analisamos, os assentamentos mostraram um redesenho da zona rural, modificando a paisagem, o padrão de distribuição de população, o traçado de estradas, provocando a formação de aglomerados populacionais e dinamizando a vida

social e política de regiões onde antes predominavam as grandes propriedades ou que eram marcadas por pastagens ou monoculturas. No geral, quem tem buscado a terra, quem tem acampado, quem tem entrado em ocupações de terra, são pessoas com baixa escolaridade. Das que entrevistamos, 87% cursaram quando muito até a 4ª série do ensino fundamental, e 32% nunca foram à escola. Isso dá uma ideia de quem é o público que está buscando a terra neste momento. Só um lembrete: essas pesquisas foram feitas – o trabalho de campo, de levantamento de dados – em 1998 e em 2000. Grande parte das pessoas que estavam buscando assentamento estava empregada como assalariados rurais permanentes ou temporários. Eram roceiros, posseiros, arrendatários, trabalhavam com os pais ou outros parentes na agricultura. Em cenários de elevados índices de desemprego e relativo fechamento no mercado de trabalho – especialmente para esses segmentos menos escolarizados –, associados à crise de alguns setores da agricultura que caracterizou a passagem do final dos anos 90 para o início deste século, os assentamentos representaram uma possibilidade de inserção social e no mercado de trabalho. Nos assentamentos – esses dados foram reiterados pelo recente trabalho feito por Vicente Marques, a pedido do INCRA, sobre o curso da reforma agrária – empregam-se em média três pessoas por lote. Existe também um trabalho fora do lote, que é complementar e sempre depende das oportunidades oferecidas no entorno. E a própria presença dos assentamentos acaba atuando também como um fator gerador de trabalho não agrícola, tanto dentro do próprio assentamento como no seu entorno, na construção de casas e estradas, em escolas e coisas deste tipo.

Um dado interessante, que nos chamou muito a atenção na pesquisa, é que quem é assentado é uma família, há um titular do lote. Em pouco tempo se encontram nos lotes muito mais pessoas do que as que originalmente foram assentadas. Assenta-se, por exemplo, um casal com filhos. Logo depois o lote começa a servir de abrigo para o pai, a mãe, o irmão, o cunhado, para outros parentes que não viviam anteriormente com a família assentada. Ou seja, além da recomposição dos laços familiares, muitas vezes rompidos pelas sucessivas migrações – e muitos dos assentados são migrantes por excelência –, o assentamento acaba tendo uma função importante no reagrupamento. O acesso à terra também proporcionou às famílias maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar, que resultaram em melhoria de rendimentos e condições de vida. E que aparece na melhoria da habitação, na compra de alguns eletrodomésticos e assim por diante. Isso parece um pouco fantasioso

quando se sai da descrição das médias e se vai aos assentamentos, onde o cenário é de muita pobreza. Mas, por outro lado, há que relativizar – e isso me parece importante pensar quando se olha o assentamento – e perceber o que era antes a família assentada. Ou seja, a pobreza que existe no assentamento representa uma significativa melhora das condições de vida em relação ao que esses assentados tinham antes de ir para lá. Por outro lado, nossa pesquisa revelou que é grande a diversidade de produtos originários dos assentamentos, com variações que acompanham o perfil tradicional da agricultura nas regiões. Mas o que é interessante é que alguns produtos são comuns a praticamente todos os assentamentos: milho, mandioca, feijão, como produtos agrícolas, e criação de galinhas e porcos. Isso mostra que esses produtos acabam tendo uma dupla função: servem de alimento para a família e são vendidos no mercado. Os dados de venda de produtos de assentamento são muito pouco perceptíveis. Não estou querendo dizer aqui que os assentamentos sustentam o país, mas quero falar de um fato que os dados econômicos não captam. É que existe uma economia meio invisível na produção dos assentamentos: a venda para os vizinhos, em pequenos botecos, e que não está submetida a pagamento de impostos. Também é importante chamar a atenção porque se trata da comercialização de uma produção feita, via de regra, por intermédio de atravessadores, em que o assentado acaba ficando com a menor parte do ganho.

Uma outra marca que encontramos nos assentamentos é a precariedade da infraestrutura, como as estradas – se chove ninguém sai nem entra em grande parte dos assentamentos –, a instabilidade e a precariedade da assistência técnica, a precariedade da educação, dos serviços de saúde e de transporte. E isso, obviamente, tem a ver com o perfil da política de assentamentos que tem sido realizada. Nada disso, como eu disse, pode ser generalizado. Esses mesmos dados que nós levantamos podem mostrar o potencial dos assentamentos, mas também podem servir de instrumento para que as pessoas digam: *os assentamentos têm gerado favelas no campo*. Mas quando a gente entra nesse universo constata uma diversidade extraordinária, vê desde famílias que estão vivendo numa precariedade absoluta até famílias que se estruturam perfeitamente, estão produzindo, estão com os filhos na escola. Portanto, a diversidade desse mundo dos assentamentos tem de ser olhada com cuidado porque, se por um lado indica a precariedade e as falhas da política de assentamentos existente no Brasil, por outro lado indica um potencial extraordinário de dinamização do campo que esses assentamentos podem gerar.

Se esse perfil do campo brasileiro mostra que não está sendo feito o que se pode efetivamente chamar de reforma agrária, também não é possível dizer que o tema da reforma agrária saiu de pauta ou que repete os termos dos anos 50, 60 e 70. Este não é um tema estritamente brasileiro. Está se colocando internacionalmente. E nesse debate não se trata somente de demandar terra para plantio, embora também o seja, mas de reclamar certos recursos naturais, como água, florestas, acesso às florestas, manutenção das sementes, utilização de tecnologias adequadas a uma escala de produção ambientalmente não degradadora. Por outro lado, esse debate também vem chamando a atenção para a importância do reconhecimento de identidades e de grupos sociais específicos. De grupos que não mais se negam a serem identificados como pobres, porque o termo pobre junta todo mundo no mesmo saco, mas que se reivindicam – como é o caso do Brasil – como quilombolas, ribeirinhos, populações tradicionais, seringueiros. No caso de outros países que não o Brasil, algumas transformações que vêm ocorrendo na América Latina apontam para uma insuspeitada vitalidade da demanda do que poderíamos chamar grosso modo de populações camponesas. Esses grupos têm reivindicado a defesa da soberania alimentar e o revigoramento dos significados éticos e religiosos relacionados à terra e enfatizado a necessidade de reconhecimento e da obtenção de direitos através desse reconhecimento. E eu queria chamar a atenção para a questão do reconhecimento porque esse é um tema que me parece central. Porque não se trata só de um reconhecimento pelos seus opositores ou pelo governo. A luta por ele impõe um reconhecimento do que teoricamente poderiam ser os pares.

São esses elementos que me parecem mediar um novo modelo, uma nova proposta de reforma agrária, que envolve laços com a preservação ambiental, com o novo modelo de produção. Queria destacar também um terceiro ponto para debate que me parece relevante, que é justamente o crescimento e a questão agrária, a ideia de que o crescimento econômico, por si só, geraria emprego e geraria a demanda por terra. Uma outra vertente desse debate é que se cresce e que o problema de quem não entrar nesse crescimento é resolvido através do programa Bolsa-Família. Isso implicaria em que as demandas que constituem a questão agrária estariam próximas do seu esgotamento. Eu acho que a gente pode pensar isso em vários planos. Gostaria de apontar dois. Em primeiro lugar, do ponto de vista mais concreto e imediato, os que lutam por terra hoje, mesmo que estivessem dispostos a abandonar a luta não estariam em condições de

disputar os novos empregos gerados. O chamado crescimento econômico que está se dando tanto no campo como na cidade tem um nível de sofisticação tecnológica que exige um padrão de conhecimento do qual essas populações neste momento não são portadoras. Por outro lado, o Bolsa-Família, embora possa ser um programa de indiscutível importância para resolver problemas imediatos, não seria capaz de prover condições de vida geradoras de cidadania e recuperadoras da dignidade do trabalho que constitui a essência do ser humano. O outro aspecto é para onde a expansão do agronegócio, seja através da soja, da cana, da madeira, da exploração de madeira, o que for, parece apontar. Primeiro, para novos deslocamentos populacionais. Segundo, para uma forte pressão sobre áreas de reservas indígenas, populações tradicionais e áreas de preservação. Recentemente, a Associação Brasileira de Agrobusiness realizou um seminário. A exposição do presidente da ABAB no seminário é extremamente reveladora do que é que está em jogo nesse campo. Entre as principais demandas, ele apontou, além da tradicional rolagem da dívida, a importância de critérios rigorosos para a definição de unidades de conservação e destacou o fato de que em 2006 foram destinados 11 milhões de hectares de terras para elas, constituindo isso 25% da área atualmente destinada ao plantio de grãos.

Um estudo realizado pelo Instituto Socioambiental em 2005 mostrou um pouco os danos da chegada da soja às cabeceiras do rio Xingu, pressionando diretamente as reservas. Não é preciso entrar na terra da reserva. Com a pulverização de agrotóxicos, as nascentes são poluídas e daí para frente é o que se sabe. O uso dessa mão de obra nesse modelo do agronegócio no segmento que a utiliza intensamente é calcado numa superexploração que se aproxima daquilo que foi a Revolução Industrial nos seus primórdios. Tem sido amplamente denunciado o caso dos trabalhadores da cana. Fala-se um pouco menos do que tem sido o trabalho nas plantações de eucalipto. Porque, como elas têm ciclo muito longo, não se presta muita atenção ao que é o trabalho no interior dessas plantações e à maneira como se coloca a exploração do trabalho nelas. Finalmente, esse modelo de crescimento com base no agronegócio tem provocado uma alta no preço da terra – que em grande medida é especulativa, provocada pela entrada crescente do capital estrangeiro no controle das terras – e reafirma principalmente o novo caráter da propriedade da terra no Brasil. A ideia do fazendeiro tradicional acabou faz muito tempo. O fazendeiro tradicional, hoje, é algo completamente residual. Eu imagino que são esses que muitas vezes vão pedir, inclusive ao INCRA, para desapropriar sua terra, porque é uma

forma de ganharem algum dinheiro. Mas o grosso da propriedade da terra hoje no Brasil tem uma outra lógica, que é a da propriedade controlada pelos grandes capitais, em que há uma enorme mistura das origens desse capital e que dão uma natureza à propriedade da terra e a fortalecem profundamente. Por tudo isso, uma das demandas desse segmento é também a defesa de um novo arranjo institucional que extingue o MDA, juntando-o ao Ministério da Agricultura e, obviamente, o INCRA.

O que estamos entendendo por crescimento e desenvolvimento econômico, e qual é o lugar da questão da terra, da questão agrária, nesse modelo? Um crescimento com base nos atuais padrões necessariamente vai reproduzir o modelo dos últimos cem, duzentos, trezentos anos no Brasil, que é o modelo que tem produzido o desenraizamento das populações. E, do ponto de vista que me cabe analisar aqui, um desenraizamento que não é só uma questão de ter ou não emprego, ou de estar ou não produzindo. É um profundo desenraizamento social também, em que as famílias se separam, se estilhaçam. E os resultados disso são vistos nessa desagregação, no que tem sido repetidamente chamado de dilaceramento do tecido social da sociedade brasileira – uma perda de valores absoluta, que tem a ver com esse profundo desenraizamento. É isso. Obrigada.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO. Estive pensando em qual contribuição eu poderia dar a este debate. Aqui há cem brasileiros. Alguns são do MST, estou vendo pelos bonés. Outros eu sei que são do INCRA. Sei que o Manoel dos Santos trouxe o time dele. Em que é que eu posso ajudar? Tenho cinquenta anos de vida pública. Nem sei quanto de reforma agrária. Então estive pensando no que eu poderia dar como um testemunho para vocês. Há um livro muito importante do Albert Hirschman, que se chama *Exit, Voice and Loyalty*, em que ele discute as três posições que se podem ter em uma sociedade qualquer. Ou você é leal a ela, que satisfaz tudo o que você quer, e você está nadando de braçada ali dentro. Ou você não está de acordo com muitas coisas, mas tem voz ali dentro, então, acha que pode exercer a sua voz e modificar as coisas ali dentro. E a terceira é que quando as contradições em relação ao que você quer são tão fortes, que você vai embora. *Exit*. Cai fora. Todos os discursos aqui, e todos os meus discursos, o tempo inteiro, foram no sentido da *voice*. Ou seja, nós não estamos de acordo com esta sociedade há muito tempo, mas estamos na posição do Rolf Hackbart. Estamos operando dentro das contradições. Um grupo aqui do Brasil tentou o *exit*. Foi a geração de 68. Nós comprovamos que era impossível, que ela se liquidava, como se liquidou. A minha vida inteira foi operar nas contradições

dentro do sistema. Então, eu estive pensando: o que é que isso tem a ver com a reforma agrária? De fato, a única vez em que houve uma possibilidade efetiva, concreta, objetiva, de se fazer uma reforma agrária foi em 1964. Naquele momento o Brasil estava numa encruzilhada. Tinha de subir para um patamar superior no processo da industrialização. Tinha amadurecido, aquilo ali já não dava e precisava dar um salto. Esse salto precisava de um capital maior. Quem poderia concentrar esse capital e quem poderia administrar esse salto? Nós advogávamos que fosse o Estado brasileiro, através das reformas estruturais. E uma das reformas estruturais era a agrária. Outra era a bancária, outra a tributária, outra a urbana. Havia muitas reformas, todo um esforço que quem tem cabelo branco aqui lembra. Pois bem, perdemos, ganhou o outro lado. O passo foi dado. O Brasil deu. A indústria passou para o patamar seguinte, mas sob o comando do capital estrangeiro. E eu acho que desde aí nós não conseguimos sair, nem no plano agrícola. A reforma agrária, para tirar os entraves pré-capitalistas, para modernizar tecnologicamente a agricultura brasileira, foi feita pelos militares, que fizeram a modernização da agricultura brasileira. Isso é inegável. Sem distribuir a terra, sem modernizá-la. Uma coisa é revolução agrária, algo que o Zapata fez no México, os camponeses na Bolívia, os camponeses de Mao Tsetung na China. Isso é outro assunto. Neste seminário estamos tratando de reforma agrária, intervenção do Estado capitalista no mercado de terras, para frustrar as regras mecânicas desse mercado e distribuir terras. Ou seja, para punir uma parte do capital fundiário. Nós tivemos a ditadura, tivemos a abertura e agora estamos diante de outra virada na economia brasileira, que é a localização do Brasil num mundo globalizado neoliberal, em que é produtor da agricultura energética, destinada a prevenir o problema do petróleo e a atenuar o problema ecológico. O Brasil tem seu nicho. O mercado internacional e as potências internacionais já decretaram: o Brasil vai ser, novamente, uma economia dinamizada pela produção e pela exportação de matéria prima. Voltamos a antes de 1930. Pois bem, esse é um movimento fortíssimo e nós ficamos numa situação extremamente difícil. Como vemos o *exit, voice, loyalty* dentro disso? Na verdade, como é que nós vemos a posição do *voice*, que é a posição do Rolf, do Manoel, do João Pedro, é minha? Isto aqui foi uma tentativa de mudar por dentro, de aproveitar as contradições.

E hoje, eu ainda estou sem diálogo com os poucos que sobraram porque estou na faixa do *exit*. Eu vou pular fora, mas não pular fora para ir para casa, não. Vou pular fora para brigar de outro jeito. Não acredito mais que existam

condições para o *voice*. Qual é o drama do Manoel e do João Pedro? É que a massa é Lula. Acontece tudo o que acontece e 64% da população brasileira apoia o presidente. Estou tocando o dedo na ferida. Acho que a única coisa que posso trazer para vocês hoje é colocar o dedo na ferida. Qual é o problema do Rolf e dos dois companheiros? Legitimar o sistema. Estou sentindo o drama deles. Não estou pedindo nada. Não faço a menor acusação. Só estou dizendo que nós precisamos começar a pensar nisso. Criamos uma população anestesiada, incapaz de entender o que está acontecendo. É uma espécie de urso, e há o domador de urso, que é o Lula. O Lula domestica o urso. Então o imperialismo diz que esse é o melhor, porque ele domestica o urso. Precisamos tomar atitudes paradigmáticas e o João Pedro disse uma coisa extremamente importante aqui: as contradições vão surgir, vão ficar mais fortes agora. Porque o que a Leonilde falou no fim é fundamental: a deterioração do tecido social brasileiro é crescente e veloz. Manoel e João Pedro estão montando um movimento imenso e que tem de ser no longo prazo, o que o João Pedro disse aqui é importantíssimo: o Zapata fez a revolução e não virou a sociedade porque não tinha cultura. Os índios da Bolívia fizeram sua revolução e puseram para fora os fazendeiros à bala, mas depois pararam porque não tinham cultura.

Esses companheiros estão num outro trabalho. Mas outros devem ter o gesto, o sacrifício do isolamento, dizer fora de hora o que precisa ser dito. Não há condições subjetivas para uma transformação real no Brasil. As objetivas eu acho até que tem. Não há as subjetivas para se propor uma alternativa real para este país. Porque não há alternativa para o campo dentro do capitalismo. A cidade não é minha especialidade, mas campo eu estudei de ponta a ponta e digo: não há. Aqui é preciso propor uma alternativa. Quando o João Pedro fala em reforma agrária popular, está falando que tem de virar tudo: crédito, sistema de compra, sistema de produção, transporte de produtos. Isso tem de ser numa revolução socialista. O socialismo, para mim, não é o modelo soviético nem o modelo chinês. Nós sempre fizemos a coisa como se fosse possível resolver dentro do capitalismo. Nosso discurso sempre foi como se uma reforma pudesse resolver. Não vai resolver. O que não resolve é o capital, é a lógica interna da economia do modo capitalista de produção. Isso precisa ser dito para o povo brasileiro alguma vez. Seriamente, eu queria dizer a vocês que se nós continuarmos discutindo a reforma agrária dentro da reforma agrária, vamos, na verdade, perder legitimidade junto à massa. Teríamos de colocar uma questão mais forte e mais radical, pelo menos no nosso pensamento. Para que quando

surjam possibilidades objetivas, quando surjam reais contradições que permitam, a gente tenha um acúmulo de forças para poder realmente mudar as coisas neste país. Muito obrigado.

GERSON GOMES. Vamos abrir o debate. O primeiro ponto tem a ver com o problema da reforma agrária e do modelo econômico. Não conheço nenhum processo de reforma agrária clássica que tenha tido êxito. Não conheço nenhum que tenha sido feito fora do contexto global de um processo de inflamação social. E em alguns as alianças políticas feitas em determinados momentos causaram posteriormente um fracasso do movimento. É o caso do México, com Carranza e outros, que traíram as alianças iniciais com os líderes camponeses. E da Bolívia, em que a distribuição foi feita nas piores terras do país. Nos nossos tempos de debate nas décadas de 1960, 1970, dizia-se que a reforma agrária devia ter três características: ser rápida, maciça e radical. Rápida porque a experiência mostrava que se começasse a demorar muito não aconteceria nada. Maciça para poder provocar o processo de transformação que se queria na sociedade. Não adiantava fazer reforminhas agrárias localizadas. E radical, aí incluindo-se um elemento confiscatório porque era ele que realmente iria avalizar certo grau de distributivismo que daria legitimidade à reforma agrária. Hoje, como recolocamos essa temática da reforma agrária e do modelo econômico?

A segunda coisa que me parece importante tem a ver com o que o João Pedro Stedile falou, que são as motivações que levam ao processo da reforma agrária. Aqui também me voltou uma ideia antiga, de quando a gente discutia essas coisas lá no Chile. Alguém disse que a reforma agrária era uma tarefa da revolução burguesa, mas que só poderia ser feita na América Latina pela revolução socialista. Eram debates que tínhamos na época e que me parecem importantes porque às vezes a gente confunde uma coisa: o desenvolvimento do capitalismo no campo, que a ditadura promoveu, não foi feito para atender aos objetivos clássicos da reforma agrária porque o mercado interno já estava em desenvolvimento. Não se tratava de liberar mão de obra para a indústria. Já estava liberada. Não se tratava de romper a oferta agrícola. Estava-se produzindo muito. Ademais, a CEPAL não entendia de reforma agrária. A agricultura entrava no pensamento cepalino – eu sou um ex-cepalino – como um elemento da discussão sobre a inflação. A inflexibilidade da oferta agrícola, sua falta de resposta no curto prazo faziam aumentar o preço dos alimentos, e isso era um fator estrutural da inflação. O desenvolvimento do capitalismo no campo foi

uma revolução agrícola, não foi uma revolução agrária. Outra coisa que me parece importante – e aqui recolho alguma coisa dita pelo Manoel dos Santos – são as relações do Estado e o processo de reforma agrária. E aqui também me veio uma outra reflexão: não conheço nenhum processo de reforma agrária comandado por uma burocracia estatal. Quando a iniciativa do processo não estava mais nas mãos dos movimentos sociais, ainda que fossem governos progressistas, populares etc., tendia a perder ímpeto. Por exemplo, eu tive a oportunidade de trabalhar em Honduras no momento em que um grupo de oficiais nacionalistas tentou fazer um processo de reforma agrária. Foi a raiz daqueles problemas com El Salvador, a famosa “guerra do futebol”, que na verdade era o enfrentamento entre duas oligarquias agrárias. Como os latifundiários fugiram quando os salvadorenhos invadiram Honduras, os camponeses ganharam. A resistência dos hondurenhos sensibilizou esses novos oficiais e eles resolveram apoiar o processo de reivindicação da terra dos camponeses. E criaram uma coisa chamada “arrendamento forçoso”. Os camponeses identificavam o lugar da terra, o INCRA local ia lá, delimitava e obrigava o proprietário a fazer um arrendamento por prazo indeterminado. Esse processo durou dois, três anos, e a reforma agrária foi avançando. Um belo dia, os oficiais, já instalados no poder e fazendo um programa realmente reformista, resolveram acabar por decreto com o arrendamento forçoso e entregar ao INCRA local o planejamento, o assentamento. Mataram a reforma agrária. Acabou. Ou seja, este é outro tema que deveríamos colocar porque se não houver coparticipação dos movimentos sociais na direção do processo de reforma agrária, vai ser impossível fazer muito, qualquer que seja o modelo do contexto social em que estivermos inseridos. O outro aspecto que foi levantado aqui é o significado do tipo de reforma. Evidentemente o significado econômico da reforma agrária hoje não é o dos anos 60, 70, mas permanece esse forte sentido econômico. O simples argumento de que com R\$ 70 mil você cria três empregos diretos já coloca a reforma agrária como prioridade número um em qualquer país que pretenda caminhar em direção à ocupação, porque não existe nenhuma outra forma de criar emprego mais barata.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO. E o que é incrível neste país é que todo mundo acha que a reforma agrária é cara. Há outro aspecto que foi colocado e que também tem de ser trabalhado: é que a reforma hoje não é só terra. O problema hoje não é só a terra, é o conhecimento, é tudo. Não é que a reforma tenha perdido o sentido distributivista, só que a distribuição hoje não é só de

terra. Tem de haver distribuição de capital, de conhecimento. Outro aspecto polêmico é a pergunta: qual é a possibilidade de sobrevivência da economia camponesa dentro da lógica do capital? A realidade que temos hoje é dominada pela lógica do capital. Qual a possibilidade de poder atingir a economia camponesa de maneira maciça e com espírito de conservação social fazendo somente o fortalecimento da agricultura familiar? Ela tem capacidade de competir, vai sobreviver? Estou pensando um pouco na – talvez a palavra não seja a mais adequada – economia solidária e em formas de combinação produtiva que permitam fortalecer quem é hoje o pequeno produtor, mas sem reproduzir necessariamente as condições da empresa familiar. Quando se diz que uma empresa familiar resiste mais às crises, ou é porque ela sobreexplora mão de obra ou porque há um subconsumo da família que lhe permite sobreviver nesses períodos. Então acho que essa é também uma questão importante: qual é a forma de produção? Qual é o papel da pequena produção e como ela se insere nessa sociedade que queremos transformar e que implica tecnologia, cultura, informação? Mais uma questão: a contestação ao Estado. Quando você não deixa a polícia subir o morro está contestando o Estado. Quando o traficante manda o comércio fechar e ele fecha, está contestando o Estado. Talvez deveríamos caminhar na direção de criar polos de poder alternativos que pudessem contestar a autoridade desse Estado guiado pela lógica do capital. O último ponto que recolhi aqui é a questão do modelo de exportação primário globalizado, essa nova inserção do país no mundo globalizado com a exportação de matérias primas. O que isso significa? Pode ser um trampolim para alguma coisa que se possa processar? Ou é negativo sob todos os pontos de vista? E como entraria o processo de reforma agrária em conexão com esse tipo de inserção? Está aberta a palavra.

JACKSON. Trabalho na Secretaria do Planejamento da Bahia. Vim ao Rio especialmente para este debate porque estou envolvido com um projeto de territórios. O governo da Bahia foi um dos primeiros a admitir o desenho de planejamento proposto por movimentos sociais. Mas me interessou a questão mais ou menos periférica ao debate que foi colocada por Rolf Hackbart sobre assistência técnica. Temos na Bahia uma empresa pública falida, com um passivo de R\$ 300 milhões. E não se sabe ainda, nem dentro dos movimentos sociais nem dentro da burocracia do estado que planeja e discute, qual o melhor rumo para oferecer à agricultura familiar um serviço de assistência técnica. Eu gostaria que João Pedro Stedile comentasse a proposta de Rolf Hackbart de que a saída

é de fato uma empresa pública que cuide do problema da assistência técnica. O que no curto e médio prazo pode produzir melhor resultado?

GIRGLEIDE. Eu sou do INCRA do Rio de Janeiro. Tivemos um grande avanço do agronegócio e, inclusive, a proliferação da escravidão nos canaviais. E o Lula afirma que os usineiros são os heróis nacionais. Além disso, mesmo tendo a reforma agrária como um dos baixos custos na geração de emprego e renda, não há sequer uma linha sobre reforma agrária no PAC. E ainda que haja pequenos avanços, nós, militantes da reforma agrária que estamos no governo, não estamos respaldando determinadas posturas no governo que são contra a democratização do campo?

HENRIQUE. Sou estudante de economia da Universidade Federal Fluminense. Quero fazer uma pergunta direta para o professor Plínio de Arruda Sampaio. Com referência à questão do uso da terra, qual é a diferença entre o socialismo na União Soviética e o socialismo pensado pelo senhor? Seria o último uma forma de romper com a lógica do valor? Obrigado.

JOÃO PEDRO STEDILE. O problema da assistência técnica se insere no bojo do debate sobre o modelo. Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso sucatearam o Estado e foram eliminando todos os serviços públicos. Os que eram rentáveis passaram para o capital financeiro: energia, telefone, transporte. Os que não eram rentáveis para o capital foram eliminados. Ao ponto de a Roseana Sarney ter o desprazer de fechar a Emater do Maranhão em Ato Oficial Comemorativo, como se fosse um grande avanço modernizador. No Maranhão não existe mais nenhum agrônomo que seja funcionário público. Passada essa etapa de desmonte total, veio o governo Lula. Pressão dos movimentos sociais, necessidades objetivas dos pequenos agricultores e dos assentados, e se encontrou uma forma paliativa, que são esses convênios da ATES [Assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária]. Na nossa avaliação, um fracasso rotundo. Os pobres, além de ganharem mal, não têm direitos trabalhistas; só estão lá porque são militantes da reforma agrária. E, na prática, nós não estamos fazendo assistência técnica porque esses pobres-diabos estão reduzidos a preencher formulário no Pronaf. Isso não é assistência técnica. Aí temos dois problemas: o primeiro é o que o professor Plínio de Arruda Sampaio já resumiu: para quê assistência técnica? Você só pode desenvolver um processo de assistência técnica, levar conhecimento tecnológico, se tiver uma proposta, uma matriz tecnológica para reproduzir no campo. Como o Estado não tem modelo agrícola para o agronegócio, não tem o que levar lá. Então, o camponês

acaba sendo mais sabido que o agrônomo. Porque se o agrônomo abrir a boca e quiser ensinar alguma coisa, ele vai querer ensinar o que aprendeu lá na faculdade, que é o agronegócio. Aí não serve. Que forma de adubo, quantos litros de herbicida por hectare? Isso é modelo de agronegócio. Não interessa ao camponês. Então, nós temos um problema de fundo que é: você não resolve só levando mais agrônomos para o interior se juntamente não souber qual é o modelo agrícola. Vocês vão plantar o quê e como? E depois vão vender para quem? Nessa luta por dentro, nós achávamos que precisaríamos ter um conjunto de entidades atuando junto com a reforma agrária. O INCRA, a CONAB e uma outra empresa pública que não existe atualmente, que seria de assistência técnica e capacitação dos assentados. E o formato administrativo? Isso não é problema nosso. Quem é experiente de Estado que discuta. Mas a ação do Estado é que precisaria ser clara nessas direções. Assistência técnica é um direito dos camponeses e um dever do Estado. Está na Constituição e na Lei Agrária do Itamar Franco, de 1993.

ROLF HACKBART. Minha proposta concreta é: criar uma entidade pública com controle social para construir um modelo agrícola alternativo no País. Essa é a nossa tarefa. Há vários pontos em que é possível haver acordo. Nós, da União, com o orçamento que temos, podemos jogar recursos numa empresa que não é do Estado; para direcionar o modelo agrícola com parcerias bem feitas. Este ano temos R\$ 90 milhões para assistência técnica, podendo chegar a R\$ 150 milhões. É pouco. Os movimentos sociais cobram com toda a razão. Cadê a terra? Cadê o crédito? Cadê a casa?

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO. Minha resposta é a seguinte: o modelo soviético não escapou da lógica do capital. A grande crítica hoje, do Istvan Mészáros, é exatamente essa, é que há a lógica do capital, a reprodução do capital. Uma vez que você trabalha para produzir mercadorias, não tem jeito. A única possibilidade de organizar o campo de outra forma é se pensar na produção de bens de uso para a necessidade alimentar da população brasileira.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Não é possível! Isso significa sair da economia de mercado. Economia de mercado é valor de troca.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO. Exatamente. Um modelo que saia da economia do mercado e vá para a economia da necessidade. É isso. Ela fica brava! Você não está sendo evangélica porque aquele que chega na última hora tem tanto direito quanto quem começou. De modo que não existe direito adquirido para fazer a revolução. Conceição, a revolução não tem propriedade. Sinto que é realmente

preciso pensar uma coisa absolutamente nova para o país e para o mundo porque a ecologia está mostrando que o capitalismo não dá mais. Conceição, eu gostaria que você, com o tremendo conhecimento que tem disso, resolvesse pensar de novo o seu comunismo e o seu socialismo, porque ele está furado. Precisa fazer outro. Você tem muito mais acúmulo teórico que nós para pensar isso. É isso que eu quero dizer quando falo que há pessoas que precisam assumir uma posição paradigmática. Estou tateando, dando passos, tentando. Mas estou convencido de que nada do que nós estamos falando aqui acontece. Então, é isso que tem que pensar de novo. O que eu estou dizendo é o seguinte, Conceição: pouca gente tem condição de fazer isso. Você é uma delas. Não fique nessa, vá para outra.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Da próxima vez vou convidar o Plínio para uma discussão em qualquer um dos Núcleos de Jovens Marxistas Contemporâneos para nós, junto com os mais jovens, discutirmos marxismo e comunismo. Pronto.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO. Isso. Aí vou aprender. Vou pedir licença, senão perco meu avião. Fica combinado que eu a Conceição vamos discutir comunismo aqui dentro...

PLATEIA. Sou doutoranda em planejamento urbano e regional e estou me debruçando um pouco sobre reforma agrária e meio ambiente. Uma série de questões levantadas hoje em dia são colocadas como se a reforma agrária degradasse o meio ambiente. São sempre trazidas junto com o INCRA, com os movimentos sociais. O INCRA descumpriria as normas de proteção ambiental. Existem grupos conservacionistas que são mais contrários à reforma agrária do que defensores ambientais. Isso fica muito claro, por exemplo, quando se observa que é preciso um licenciamento ambiental antes mesmo de realizar um assentamento – na própria desapropriação é preciso um licenciamento ambiental –, enquanto áreas de agronegócios não precisam cumprir essa exigência. Há também, “denúncias” de uma reforma agrária que degrada o meio ambiente, sendo que esse licenciamento ambiental começou a vigorar em 2001, depois de quase 5 mil assentamentos realizados. É uma concepção da escola norte-americana de preservação ambiental, em que as pessoas não podem estar inseridas. Ou seja, áreas que os agricultores preservaram e nas quais a floresta está em pé porque eles estavam ali, e onde hoje eles são proibidos de permanecer. Eu queria ouvir como é que está o INCRA nessa discussão.

PLATEIA. Há quinhentos anos os portugueses chegaram e carimbaram, e até hoje os modelos econômicos estão sendo carimbados. Temos vários

assentamentos carimbados. Carimbaram, colocaram as famílias, não deram o sustento delas, não deram casa, não deram estrada, mas carimbaram. As famílias não têm como sobreviver porque de carimbo não sobrevivem. E aí vão para onde? Chega um novo modelo econômico, oferecem tudo e acabam colocando o veneno que querem. Foi dito que existem aproximadamente 200 mil famílias acampadas. Então temos 200 mil carimbos. Esses carimbos não foram assentados ainda. São muitas famílias debaixo da lona preta, porque a cada dia surge um acampamento. Continuam debaixo das pontes. Para o agronegócio há bastante tinta, mas para os trabalhadores parece que não existe tinta no carimbo.

ROLF HACKBART. Quando falo do carimbo, é uma figura de linguagem. Sou otimista. Tenho de ser otimista com o futuro do país, com a sociedade, com o avanço da democracia, com a solução dos problemas concretos do povo, como era um dos objetivos de Celso Furtado. O Estado precisa de uma política consistente de longo prazo. E uma delas é ocupar, definir, carimbar, destinar o território brasileiro. Há quinhentos e tantos anos, vieram pra cá, criaram catorze capitanias e levavam o pau-brasil. Hoje há 5,4 milhões de imóveis rurais no cadastro do INCRA. O INCRA pode contribuir, em minha opinião, com o ordenamento fundiário. Não o territorial, que é mais amplo. A nós cabe o fundiário. Temos no cadastro do INCRA 142 milhões de hectares de terras públicas federais não destinadas na Amazônia legal. O mundo está de olho na Amazônia legal. Sempre esteve. Portanto, o que pudermos destinar de terra para o povo é bom. O patrimônio brasileiro está sendo disputadíssimo. E hoje há um entrave grande, o conceito de empresa nacional, que foi uma derrota em 1997. A ministra Dilma Rouseff está preocupadíssima com a compra de terras por empresas e pessoas físicas estrangeiras. A maior preocupação dela, até pela sua formação, é com o subsolo. Vamos encarar o conceito de empresa nacional. Vamos mudar os juros compensatórios. O cadastro do INCRA contém 7.772 projetos de assentamento em 70 milhões de hectares, onde vivem mais de um milhão de famílias. A legislação ambiental vem melhorando. Esse é o tema da onda. O setor anti-reforma agrária já descobriu isso e está para ser aprovada uma lei que diz que nenhum assentamento pode ser criado se não tiver o licenciamento ambiental. Quem faz o licenciamento ambiental? Os órgãos estaduais. Mas em nome de quem? Estamos enfrentando. Santa Catarina fez um passivo ambiental de todos os assentamentos. Já tem um plano de trabalho para todos, de recuperação dos passivos e de construção da preservação ambiental. Eu acho isso fantástico. E não vai sair caro.